

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 636.388 - SP (2014/0327469-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : MUNDI BANCO FOMENTO COMERCIAL E PARTICIPAÇÕES
LTDA. - EPP
ADVOGADOS : THIAGO DO AMARAL SANTOS - SP221789
GIANCARLLO MELITO E OUTRO(S) - SP196467
AGRAVADO : VALLMARG CONFECÇÕES LTDA
AGRAVADO : NICE WIND CONFECÇÕES LTDA
AGRAVADO : MARCELO SIMÕES ABRÃO
AGRAVADO : BONUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
AGRAVADO : YMN COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
AGRAVADO : IRMÃOS UNIDOS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
S/A
AGRAVADO : BLUE MARLIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES
LTDA
ADVOGADOS : EUGÊNIA NUNES IGNATIOS - SP264349
CAMILA BORGONOVÍ SILVA BARBI E OUTRO(S) - SP277022

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 709):

EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL FUNDADA EM INSTRUMENTO DE NOVAÇÃO - Embargos de devedor - Alegação de defeito na formação do título e adimplemento - Impossibilidade de demonstração por memória de cálculo destes fatos - Inaplicabilidade do estabelecido no art. 739-A, § 5º, do Código de Processo Civil - Alegação de excesso de execução que pode ser conhecida - Decisão saneadora que determinou a produção de prova pericial contábil mantida - Recurso não provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 718-720).

Inicialmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

Com relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que "é admitida a

incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do apelo nobre" (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial sob os seguintes fundamentos: ausência de violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil de 1973; "sem qualquer procedência a assertiva de violação ao artigo 128 do Código de Processo Civil, pois a douta Câmara desvendou a controvérsia em consonância com as exigências legais, analisando as questões postas e fundamentando sua decisão, nos limites em que proposta a ação" (e-STJ, fl. 768); não demonstração de ofensa dos demais dispositivos de lei federal arrolados, pois "a simples alegação de que a lei foi contrariada não é suficiente para justificar o recurso especial" (e-STJ, fl. 768); incidência da Súmula 7 do STJ; e, dissídio jurisprudencial não demonstrado nos moldes legais, por ausência de similitude fática entre os acórdãos paragonado e paradigma.

Em suas razões, o agravante limitou-se a alegar a incompetência do Tribunal local para examinar o mérito do recurso especial, por usurpar a competência do Superior Tribunal de Justiça; a inexistência de reexame de fatos e provas, pois a questão reside na correta aplicação dos arts. 535, II, 739-A, § 5º, e 128 do Código de Processo Civil de 1973 e 360 do Código Civil de 2002; e, ter comprovado a divergência jurisprudencial nos moldes legais, deixando de impugnar os fundamentos relativos à ausência de violação dos arts. 128 e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973; e, não demonstração de ofensa dos demais dispositivos de lei tidos como violados.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente

os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora